ANAIS

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

O INTERVENCIONISMO, NEGACIONISMO E O REVISIONISMO DA DITADURA NO NEOPENTECOSTALISMO: ANÁLISE COM DISCURSOS SELECIONADOS

Luan Prado Piovani (UEL-G) [1]

Resumo: Certos setores do neopentecostalismo brasileiro possuem um discurso marcadamente revisionista e negacionista em relação à ditadura militar (1964-1985). Tais atos podem ser caracterizados como retrocessos em relação a certos avanços nas políticas de memória efetuados por governos passados, que visavam esclarecer e reparar as atrocidades cometidas pelo Estado durante o período ditatorial. Com base neste contexto, as questões a serem respondidas seriam: Como o negacionismo se estrutura e ganha força na atual conjuntura? Qual impacto tal discurso traria para a memória social? Quais fatos são questionados pelos discursos das lideranças selecionadas? A metodologia utilizada para o presente trabalho é o levantamento bibliográfico, pesquisa eletrônica, na busca dos discursos selecionados, e análise do discurso, utilizando as contribuições de Bakhtin (1986) e Fiorin (1998). Para responder as questões levantadas primeiro desenvolvemos uma análise de discursos de lideranças do neopentecostalismo, depois será abordado qual foi a aproximação das religiões protestantes com o governo ditatorial. Por fim, será demonstrado que tais discursos e atos, que negam o passado ditatorial, podem ser lidos como sendo políticas de esquecimento, pois visam apagar as atrocidades e graves violações aos Direitos Humanos que foram cometidos ao longo da ditadura militar brasileira. O exercício de memória do período ditatorial é apresentado como uma das formas de fazer frente ao atual contexto.

Palavras-Chaves: Neopentecostalismo; Ditadura; Revisionismo; Intervencionismo; Negacionismo.

INTRODUÇÃO

Lideranças de destaque do neopentecostalismo no Brasil, como Marco Feliciano e Silas Malafaia, possuem um discurso marcadamente revisionista[2] e negacionista[3] em relação a ditadura militar brasileira (1964-1985), o que evidencia um ataque à história enquanto ciência e às instituições democráticas. Tais atos podem ser caracterizados como retrocessos em relação a certos avanços nas políticas de memória efetuados por governos passados, que visavam esclarecer e reparar as atrocidades cometidas pelo Estado durante o período ditatorial.

Com muita luta das entidades civis em defesa dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e dos

[1] Universidade Estadual de Londrina. E-mail de contato: luan.piovani98@gmail.com

[2] Revisionismo: narrativa que não nega necessariamente os fatos, mas que os manipula para justificar os combates políticos a fim de construir uma "alternativa" que legitime certos atos e violências.

[3] Negacionismo: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Este discurso geralmente está associado à negação do Holocausto, porém não se restringe a ele, pois dá base para a recusa de outros acontecimentos históricos cuja principal característica seria a promoção de genocídios, de perseguições políticas, de desaparecimentos e de graves violações de direitos humanos.

familiares das vítimas da repressão, foram obtidas conquistas importantes, como a lei sobre mortos e desaparecidos políticos (Nº 9.140/1995) e a lei do anistiado político (Nº 10.559/2002) elaboradas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Estas matérias legislativas visavam reparações monetárias, a memória histórica do período ditatorial só foi examinada em profundidade pelo governo com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A CNV, estabelecida durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), buscou examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, para, assim, efetivar o direito à memória e à verdade. A Comissão seguiu o exemplo de outros países latino-americanos, que, ao realizarem esse exercício de memória, tiveram as suas instituições democráticas fortalecidas. No entanto, a CNV não foi capaz de impedir que os discursos negacionistas e revisionistas voltassem a ganhar força, tornando-se narrativa oficial do atual governo.

Este olvido de graves violações aos Direitos Humanos, e a visão deturbada que toma regimes autoritários e violentos como sendo uma "ditabranda", dificultam a manutenção das instituições democráticas no país. Segundo Theodor Adorno (1995), é importante efetuar um exercício de memória, ou seja, relembrar os acontecimentos históricos e as atrocidades cometidas para evitar que esses eventos tornem a acontecer. Nesta concepção, a memória seria uma barreira importante contra a barbárie, pois manteria viva o passado obscuro. No entanto, quando há uma disputa de narrativas no campo memorialístico, esta barreira é fragilizada e traz consequências.

A partir de 2013, a direita e a extrema-direita começaram a ganhar força, e, consequentemente, os empenhos para fraudar a história seguiram na mesma direção. Fatos consolidados passam a ser objeto de contestação e disputa política, isto faz com que a confiança na veracidade histórica seja abalada. Quando isso ocorre, os indivíduos passam a acreditar no que querem ou no mais conveniente, não se importando com a base factual (STARLING, 2019). O atual governo se utiliza destes questionamentos e manipulações, afirmando que há uma "verdade" ocultada pelas mídias e pelos intelectuais, para "revisar" o passado ditatorial.

Neste trabalho, foram selecionadas algumas entrevistas e pronunciamentos para examinar como estes discursos negacionistas e/ou revisionistas se estruturam, dando ênfase em figuras-chave do neopentecostalismo brasileiro. O exame destes conteúdos digitais segue as contribuições da teoria de análise do discurso de Bakhtin (1986) e Fiorin (1998).

O NEGACIONISMO, REVISIONISMO E INTERVENCIONISMO EM FALAS DE LIDERANÇAS NEOPENTECOSTAIS

Na história política nacional, os evangélicos inicialmente se auto-identificavam como apolíticos, evitando qualquer envolvimento com o ambiente "mundano". No entanto, a partir do momento em que o país começou a reconstruir suas instituições democráticas na década de 1980, protestantes de várias denominações passaram a adentrar na cena política. Seguimentos conservadores do evangelismo se inseriram na contenda eleitoral fazendo uso de um discurso que destacava uma "crise moral", focando suas intervenções nos campos das políticas públicas de moralidade, espiritualidade e sexualidade privadas. A inserção dos evangélicos conservadores na política, que foi ganhando forma ao longo do processo de redemocratização, também foi marcado pelo apoio à ditadura militar, oposição às ameaças do ecumenismo, da teologia da libertação e do comunismo (COWAN, 2014).

Importante destacar que o campo político evangélico não monolítico, é complexo e heterogêneo. No presente trabalho, o enfoque será em lideranças neopentecostais de destaque que seguem o discurso conservador hegemônico, fazendo apologias ao governo ditatorial dos militares e pedindo a intervenção destes no jogo político. Os discursos negacionistas, revisionistas e intervencionistas presentes na atualidade evidenciam os conflitos em relação a este passado recente.

As disputas no campo da memória são constantes, dando espaço para manipulações. Ao discutir as interações, muitas vezes agressivas, entre verdade e política, Hannah Arendt (2016) separa o conceito de verdade em dois tipos: racional e factual. Nesta separação, afirma que a verdade fatual está mais vulnerável às arbitrariedades do poder político. A manipulação dos fatos pode levar a uma grande distorção, tendo como consequência à eliminação da verdade.

Uma verdade fatual, na perspectiva arendtiana, só ganha contornos políticos quando é posta no campo interpretativo. Considerar uma verdade como mera opinião é apenas uma das formas que o mentir pode assumir. Segundo a filósofa, a mentira organizada pode ser usada para dar base a um governo e destruir aquilo que nega.

As narrativas negacionistas e revisionistas, presentes nas falas de figuras próximas do atual governo e de lideranças religiosas, são manifestações sociais passíveis de serem analisadas. Segundo Bakhtin, a relação do indivíduo com a sociedade pode ser evidenciada por meio da sua comunicação, porque:

> todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material,

> seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo (BAKHTIN, 1986, p. 33).

As entrevistas, pronunciamentos e vídeos feitos por lideranças neopentecostais carregam um discurso político. Estes elementos discursivos e comunicativos são aspectos importante para entender o atual contexto.

De acordo com Fiorin:

> discursos são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo [...]. A fala é [...] rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1998, p. 11).

Durante uma entrevista, o deputado federal Marco Feliciano (PL), vinculado a setores neopentecostais, fez um discurso marcadamente revisionista e negacionistas em relação ao passado ditatorial brasileiro. Desta fala, foi destacado os seguintes trechos:

> Que repressão você tá falando? Que ditadura? (...) No Brasil nós tivemos uma intervenção militar com apoiamento do Congresso Nacional que nunca foi fechado, com votos das pessoas, tudo mais e governaram nosso país (...) Bom, eu fiquei sabendo na Comissão da Verdade, criada pela Luiza Erundina, que 436 pessoas morreram e mais umas 500, 600 desapareceram. Isso em 22 anos de regime militar. Ditadura eu te falo que a União Soviética, 30 milhões assassinados; China, mais 65 milhões assassinados por Mao e por aí vai. Isso é ditadura (...) Aqui no Brasil, esses que foram assassinados são esses comunistas que soltavam bomba, são esses comunistas que mataram pessoas, que sequestravam pessoas (...) Ditadura é esse pessoal que o PT apoia, Venezuela, Angola (...) Quer ver uma ditadura? Eleja o Haddad. Haddad sai do Brasil e fica a Manuela, como vice-presidente, comunista. (FELICIANO, 2018)[4]

Este relato mostra como o legado da ditadura ainda se mantém como objeto de disputas, trazendo questionamentos de como a sociedade brasileira tem lidado com sua herança autoritária. Outro aspecto a ser destacado é o suposto comunismo petista que estaria sendo combatido, o anticomunismo tem ganhado força nos últimos anos, com a ascensão de grupos de extrema-direita que afirmam fazer frente aos movimentos do comunismo internacional (LANZA; NEVES JR, 2017).

Deturpações históricas também se fazem presentes no discurso de Feliciano, como a afirmação que o Congresso Nacional nunca foi fechado durante a ditadura. Em dois destacados momentos o Congresso foi fechado pelos militares: 1968, após a imposição do Ato Institucional

[4] **Marco Feliciano diz que não houve ditadura no Brasil: "Quer ver ditadura? Eleja o Haddad".** Jovem Pan. São Paulo, 26/10/2018. Disponível em: < https://jovempan.com.br/noticias/brasil/marco-feliciano-diz-que-nao-houve-ditadura-no-brasil-quer-ver-ditadura-eleja-haddad.html>. Data de acesso: 12/10/2021.

número 5, e em 1977, quando Geisel impôs os "pacotes de abril" (NAPOLITANO, 2014).

O golpe, as torturas e demais atrocidades cometidas são justificadas neste discurso por terem supostamente impedido o avanço da esquerda política. Os crimes cometidos pela ditadura são menosprezados por serem comparados com outros regimes, alheios a realidade latino-americana, ressoando o discurso da "ditabranda". Um ponto importante em destacar dessa entrevista é que esta foi feita dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o apoio de Feliciano ao então candidato Jair Bolsonaro fica sintetizado na seguinte frase: "Quer ver uma ditadura? Eleja o Haddad."

Outra liderança do neopentecostalismo brasileiro, que também apoia o atual governo, é Silas Malafaia. Em um vídeo publicado no dia 18 de março de 2021 na plataforma digital YouTube, fazendo uso do seu canal pessoal que conta com mais de um milhão de inscritos, Malafaia defendeu publicamente uma intervenção militar para garantir a "lei e a ordem". Da sua fala, destaco os seguintes trechos:

> Presidente Bolsonaro, convoque as Forças Armadas para estabelecer a lei e a ordem! Vamos à Constituição. De primeira mão, não estamos pedindo golpe militar e nem ditadura militar, nem fechamento de Congresso ou de STF. Só o presidente da república tem autoridade de convocar Estado de sítio ou de defesa com aprovação do Congresso Nacional (...) Presidente Bolsonaro, convoque as Forças Armadas! O povo vai te aplaudir! (MALAFAIA, 2021)[5]

O artigo 127[6], que Malafaia cita no vídeo, é utilizado para justificar uma potencial intervenção militar em estados e municípios. Este envolvimento dos setores castrenses seria justificado, segundo o pastor, devido a que os governadores e prefeitos supostamente teriam decretado estado de sítio por conta da pandemia de COVID-19, faculdade que só compete ao presidente da república. As medidas sanitárias adotadas por governantes, que visam minimizar os índices de contágio, foram apontadas como sendo ações autoritárias que minam "liberdades individuais".

O artigo supracitado é uma herança da ditadura, por colocar as Forças Armadas como sendo responsáveis pela manutenção das instituições e, por conseguinte, da lei e da ordem. Ficam nesta posição contraditória onde devem obediência aos órgãos estatais e garanti-los ao mesmo tempo. Isto é uma mostra viva de como a Constituição de 1988 manteve muitas

[5] **BOLSONARO! Convoque as Forças Armadas! A lei e a ordem têm que ser estabelecidas. Vamos à Constituição!** YouTube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=cRisfMxGmNM>. Data de acesso: 12/10/2021.

[6] Art. 142. "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (BRASIL, 1988).

prerrogativas militares não democráticas, implementadas durante a ditadura. A "Constituição Cidadã" possui uma tendência progressista, mas não alterou em profundidade as relações civil-militares (ZAVERUCHA, 2010). Malafaia usa este dispositivo constitucional para justificar uma possível intervenção em estados e municípios, um golpe de Estado respaldado pela carta magna.

O alinhamento com Bolsonaro e a aproximação dos neopentecostais com a política é um processo complexo. Desde 2013, o antipetismo e o medo do comunismo tornaram-se os discursos hegemônicos do conservadorismo que envolve importantes setores desse agrupamento religioso. A partir de 2014, os evangélicos passaram a ansiar pela presidência da república devido a seu bom desempenho eleitoral. Após o golpe de 2016, a agenda conservadora ganhou força e lideranças religiosas do neopentecostalismo, como o próprio Silas Malafaia, escolheram o Bolsonaro para impulsionar este programa que ataca os Direitos Humanos (MAGALHÃES, 2021).

O atual chefe do Executivo fez acenos à comunidade evangélica antes de ser eleito em 2018, como seu batismo no rio Jordão[7] e seu discurso no processo de *impeachment* em 2016, onde afirmou: "Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve (...) Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, meu voto é sim." (BOLSONARO, 2016). Neste discurso, foi ressaltado a defesa à família tradicional, caro ao neopentecostalismo. O próprio lema de governo de Bolsonaro se faz presente e mostra seu vínculo com grupos religiosos: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Como ocorre este vínculo destes segmentos do protestantismo com o conservadorismo? Qual a ligação destes com o passado ditatorial? Como se estrutura o negacionismo?

A DITADURA MILITAR E O PROTESTANTISMO

Antes do golpe de 1964, a Escola Superior de Guerra (ESG) introduziu e desenvolveu, no país, o conceito de "guerra interna", no qual se afirmava que a principal ameaça ao governo decorria, potencialmente, do inimigo interno, representado pelas forças de esquerda e por ideias subversivas. Este pensamento também se faz presente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) golberyana (NEVES JR, 2019). A formulação desta doutrina foi inspirada pelo conceito

[7] MELO, Itamar. **Novo batismo deu impulso à ligação de Bolsonaro com os evangélicos**. Disponível em: < https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/11/novo-batismo-deu-impulso-a-ligacao-de-bolsonaro-com-os-evangelicos-cjo0m3ed50axn01pi6b3nd76w.html>. Data de acesso: 12/10/2021.

de guerra revolucionária francesa, onde se afirmava que havia uma guerra aberta entre o Ocidente cristão e o Oriente ateu. Devido a isso, era preciso estar em alerta e preparado para o conflito em diversas esferas, incluindo o campo ideológico (MARTINS FILHO, 2008). Estas ideias serviram de base ideológica para o regime ditatorial e para seus órgãos repressivos.

As religiões protestantes são diversas e agiram de diferentes modos ao longo da ditadura militar, mas o "protestantismo de missão" (metodistas, presbiterianos e batistas) mantiveram uma postura mais alinhada com o governo militar. Juristas ligados ao presbiterianismo foram ativos na elaboração da legislação de exceção que regeu durante o período. Esta postura se deve por conta de a ditadura ter sido vista como protetora dos valores do Ocidente cristão, fazendo frente ao comunismo ateu. As denominações neopentecostais, durante a ditadura, estavam mais voltadas a sua institucionalização e implementação de estratégias de expansão, mas durante a década de 1980, com a redemocratização, começa a se posicionar politicamente (BINDE, COUTO, COSTA FILHO, RODRIGUES, 2018). Esta afinidade com valores conservadores possibilitou uma aproximação com o militarismo e a elaboração de discursos negacionistas, revisionistas e intervencionistas.

O negacionismo e o revisionismo da ditadura militar, presente na atualidade, pode ser visto como um produto da estratégia psicossocial do regime e uma falha das políticas de memória implementadas nos governos democráticos. Durante o período da abertura política tutelada pelos militares, uma das preocupações do grupo no poder era sedimentar uma consciência positiva sobre a ditadura militar como um todo e garantir que todo o processo de transição ocorresse sob o controle das Forças Armadas (REZENDE, 2013).

Esta narrativa que visa construir um passado idealizado, que esconde os crimes e atrocidades cometidas, se mantêm presente. Isto se deu porque, durante o final da ditadura, o discurso que predominou foi o da "conciliação pelo alto" e a transição pactuada (TELES, 2016). Além disso, o revisionismo e o negacionismo do passado ditatorial ganham força na atualidade devido, em grande parte, à impunidade dos agentes repressivos, que foram "perdoados" pela Lei da Anistia de 1979 (PEREIRA, 2015). Esta não punição, de certa forma, possibilitou o esquecimento dos atos desumanos, o que deu brecha para discursos que negam ou relativizam o passado ditatorial.

CONCLUSÃO

Com a ascensão da extrema-direita ao poder, após as eleições de 2018, os discursos negacionistas e revisionistas do período ditatorial tornaram-se recorrentes. Figuras próximas do

atual governo têm feito falas pedindo intervenção militar e negando o passado ditatorial, mantendo o discurso que coloca as Forças Armadas como “salvadoras da pátria”.

A não-punição de crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes do Estado, “perdoados” pela lei de anistia de 1979, é um fator que possibilitou o crescimento das manipulações do passado. A conciliação pelo alto, feita durante a redemocratização, e a consequente impunidade tiveram seu custo.

A expansão do anticomunismo, que se associou ao antipetismo, também contribuiu para que a defesa do legado repressivo ganhasse força no contexto atual. Segundo Motta (2019), o anticomunismo de base cristã percebe na doutrina revolucionária um questionamento básico dos fundamentos das instituições religiosas, pois defendia a igualdade contrariamente às noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. Ademais, o autor coloca que as fontes cristãs colocavam bastante ênfase no tema da ameaça moral, afirmando que os revolucionários ameaçavam instituições tradicionais, como as famílias, que dão base para a instituição religiosa. Tais argumentos explicam a proximidade dos cristãos conservadores com o anticomunismo e com o antipetismo, além de sua preferência aos setores castrenses para garantir a manutenção da ordem.

Outro fator que é importante se atentar seria a aproximação de setores neopentecostais com o atual governo, que possuem um lugar de destaque. Mesmo em um país laico e com maioria católica, a moral religiosa evangélica se mostra forte e se associa ao conservadorismo e militarismo de Bolsonaro.

Os avanços nas políticas de memória são ameaçados e questionados com a ascensão da extrema-direita. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que visava construir uma narrativa oficial que garantisse o direito à memória e à verdade, são menosprezados. Estes ataques à memória, sendo esta uma barreira contra a barbárie, e à história enquanto ciência é uma ameaça para as instituições democráticas, pois permite a banalização de atrocidades e a comemoração de golpes de Estado.

Neste contexto, o exercício de memória torna-se um ato de resistência, ou seja, é preciso relembrar constantemente o que quer ser esquecido por certos setores dominantes. Recordar os sofrimentos, os crimes, o passado incomodo, para que não seja esquecido e para evitar que novas atrocidades venham a ocorrer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação após Auschwitz (1995).** Disponível em: <https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>. Acesso em 06 mar. 2021.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. P. 282 – 325.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BINDE, João; COUTO, André; COSTA FILHO, José; RODRIGUES, Ivo. Evangélicos e a ditadura no Brasil: A família evangélica contra o comunismo. In: **Teoria e Prática da Ciência Política**. Belo Horizonte: Atena Editora, 2018.

COWAN, Benjamin. "Nosso Terreno": Crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. In: **Revista Varia História**, v.30, n.52, p. 101 – 125. Belo Horizonte, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** 6. ed, São Paulo: Ática, 1998.

MAGALHÃES, Jacy. **O ressurgimento da religião na política: análise da influência da igreja neopentecostal na política brasileira e suas repercussões nas eleições de 2018**. Brasília, 2021.

MOTTA, Rodrigo. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In: **Pensar as direitas na América Latina**. 1 ed. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

NAPOLITANO, Marco. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

ONU. **Declação Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 22/03/2020.

STARLING, Heloisa. O passado que não passou. In: **Democracia em Risco?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: O legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: **O que resta da ditadura: A exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILMOGRAFIA

FELICIANO, Marco. **Marco Feliciano diz que não houve ditadura no Brasil: "Quer ver ditadura? Eleja o Haddad".** Jovem Pan. São Paulo, 26/10/2018. Disponível em: < https://jovempan.com.br/noticias/brasil/marco-feliciano-diz-que-nao-houve-ditadura-no-brasil-quer-ver-ditadura-eleja-haddad.html>. Data de acesso: 12/10/2021.

MALAFAIA, Silas. **BOLSONARO! Convoque as Forças Armadas! A lei e a ordem têm**

que ser estabelecidas. Vamos à Constituição! YouTube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=cRisfMxGmNM>. Data de acesso: 12/10/2021.

BOLSONARO, Jair. **Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Data de acesso: 12/10/2021.

* * * * * **